

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE
RACIAL NA ESCOLA

Iara de Queiroz Rosa

Literatura Afro-brasileira: aporte para a construção de uma prática educativa pautada na diversidade com base na Lei 10.639/03.

Belo Horizonte

2016

Iara de Queiroz Rosa

Literatura Afro-brasileira: aporte para a construção de uma prática educativa pautada na diversidade com base na Lei 10.639/03.

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Políticas Públicas de Promoção de Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora:

Belo Horizonte

2016

Iara de Queiroz Rosa

Literatura Afro-brasileira: aporte para a construção de uma prática educativa pautada na diversidade com base na Lei 10.639/03.

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Políticas Públicas de Promoção de Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora:

Aprovado em 09 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Andreia Rosalina Silva

Orientadora - Faculdade de Educação da UFMG

Licínia Maria Correa

Convidado - Faculdade de Educação da UFMG

RESUMO

Literatura Afro-brasileira: aporte para a construção de uma prática educativa pautada na diversidade com base na Lei 10.639/03.

Este trabalho consiste em um projeto de intervenção pedagógica, desenvolvido ao longo do curso de Especialização Políticas Públicas de Promoção de Igualdade Racial realizado na FAE/UFMG, no ano de 2015. Surgiu da necessidade de refletir sobre as questões da diversidade presentes no ambiente escolar, constituído pelos diversos grupos étnico-raciais presentes no cenário social brasileiro. A relevância de tal proposta insere-se na perspectiva de sensibilizar corpo docente, discente, gestores, funcionários e agentes sociais que compõem a E. M. Dr. Sabino Barroso, através de projeto pedagógico desenvolvido no terceiro ano do primeiro ciclo. Este projeto pretende oportunizar a todos os estudantes, desde a educação infantil, o conhecimento da história e cultura africana, ressignificando as identidades, valorizando a corporeidade e a formação crítica dos indivíduos. Tal iniciativa tem como aporte: a Constituição Brasileira de 1988, a Lei 10639/2003, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9394/96, a partir do estudo da literatura afro-brasileira e de alguns teóricos como Neusa Santos Sousa, Kabengele Munanga, Abdias do Nascimento, Nilma Lino Gomes, Rosa Margarida de Carvalho Rocha.

Palavras-chave: Educação; Diversidade; Educação Étnico-Racial; Literatura.

ABSTRACT

Afro - Brazilian Literature: contribution to the construction of an educational practice based on diversity and on 10.639/03 Law.

This paper consists of a pedagogical intervention project, developed during the Public Policies to Promote Racial Equality Specialization Course held in FAE / UFMG in 2015. It comes from the need to reflect on the issues of diversity present in the school environment, made up of various ethnic and racial groups present in the Brazilian social scene. The relevance of such a proposal is part of the perspective of sensitizing teachers, students, managers, employees and social agents that make up the E. Dr. M. Sabino Barroso, through an educational project developed with the third year of the first cycle. This project aims to create opportunities for all students from early childhood education the knowledge of African

history and culture, giving new meaning to the identities, emphasizing the corporeality and individual's critical training. This initiative was based on the 1988 Brazilian Constitution, the 10639/2003 Law and the Guidelines and Bases of Brazilian Education 9394/96 Law, from the african-brazilian literature's study and some theorists as Neusa Santos Sousa, Kabengele Munanga, Abdias do Nascimento, Nilma Lino Gomes and Margarida Rosa de Carvalho Rocha.

Key words: Education; Diversity; Ethnic- Racial Education; Literature.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 Fundamentações Teórico-metodológicas.....	8
1.2 Legislação	11
2. JUSTIFICATIVA.....	14
2.1 Caracterização do espaço escolar.....	17
2.2 Caracterização dos sujeitos	19
3. OBJETIVOS	23
3.1 Geral.....	23
3.2 Específicos	24
4. METODOLOGIA	25
4.1 Desenvolvimento	26
4.2 Atividades desenvolvidas.....	28
5. CONCLUSÃO	31
5.1 Avaliação	36
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

“Até que a filosofia que assegura que uma raça é superior e a outra inferior seja finalmente, permanentemente desacreditada e abandonada. Até que não haja mais cidadãos de primeira e segunda classe de qualquer nação. Até que a cor da pele de um homem não tenha mais importância que o brilho de seus olhos. Até que os direitos humanos básicos sejam igualmente garantidos a todos, independentemente da raça. Até este dia o sonho da paz duradoura será perseguido, mas não será alcançado e haverá guerra.” (MARLEY, 1945).

A recorrente falta de atenção às questões raciais no Brasil contribui para que se perpetuem as situações de invisibilidade e silenciamento que têm sido impostas aos afrodescendentes no país. Mas diferentemente desse quadro, nos últimos anos as instituições escolares vêm ressaltando a necessidade de discutir as questões relacionadas à inserção do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em sala de aula, alertando sobre a sua importância no processo ensino-aprendizagem, pois práticas pedagógicas irrefletidas, corroboradas por uma pretensa forma de igualdade, são marcas inapagáveis, que cerceiam a construção da identidade, autonomia, autoestima de crianças e jovens negros, conduzindo-os, muitas vezes, ao fracasso escolar, a reprovação, desencantamento e evasão.

Problemas associados, inúmeras vezes, a questões biopsicossociais como depressão, insegurança, tristeza, isolamento. Fatores fundamentais que devem ser debatidos, compreendidos e combatidos na dinâmica da escola. Sendo:

“os estabelecimentos de ensino multiculturais e raciais, acredita-se que diante de currículos e propostas pedagógicas que valorizem a aprendizagem da história de povos de todo o mundo e da cultura que cerca a sociedade, ter-se-á uma sociedade mais justa, igualitária e comprometida com a disseminação das suas raízes culturais.” (SOUZA, 2008).

Neste contexto a homologação da lei 10.639 em 2003, tornou-se um referencial para a implementação da História e Cultura Africana nas unidades escolares, possibilitando aos educadores abordar estes conhecimentos nas diversas áreas do saber e oferecer ao educando a possibilidade de uma consciência crítica sobre a diversidade e as desigualdades sociais brasileiras.

Essa importância vê-se materializada no relato de um aluno do terceiro ano do primeiro ciclo, nas atividades desenvolvidas no projeto de intervenção, sobre o livro: “Luana a menina que viu o Brasil neném” (MACEDO, 1999).

“Meus pais são brancos. Nunca gostei da minha cor porque eu sou preto, queria até dar um jeito de tirar essa cor, mas agora que li esta história acho que não é tão ruim ser preto. Gostei da Luana ela joga capoeira, é corajosa, tem um monte de amigos!”

A partir desta Lei e de suas referências para o trabalho com a mesma, pretende-se analisar uma intervenção pedagógica na prática docente da Escola Municipal “Dr. Sabino Barroso”, com os estudantes do terceiro ano do primeiro ciclo, buscando a partir do ensino da literatura afro-brasileira e dos eixos norteadores da Lei de Diretrizes e Bases da Educação subsídios para “superar a valorização da diversidade cultural como mero folclore, tentando articular essa valorização com o desafio às desigualdades e a construção das diferenças a elas associadas” (CANEN, 2004).

1.1 Fundamentações Teórico-metodológicas

De acordo com a proposta de interlocução entre literatura africana e afrodescendente, alicerçada pelo parecer do DCNERER (2008):

“... o ato de educar implica uma estreita relação entre as crianças, adolescentes e os adultos. Esta relação precisa ser pautada em tratamentos igualitários, considerando a singularidade de cada sujeito em suas dimensões culturais, familiares e sociais. Neste sentido, a educação das relações etnicorraciais deve ser um dos elementos estruturantes do projeto político pedagógico das escolas.”

Assim sendo, o trabalho literário constitui-se um valioso aporte para a efetivação da Lei 10.639/03, uma vez que se coloca como uma metodologia eficaz para a efetivação de ações mais contumazes na concretização de uma sociedade mais justa e igualitária. Neste sentido, a relevância do estudo do tema não deve se restringir à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que é papel das instituições de ensino desenvolver cidadãos que respeitem e compreendam o processo de construção multicultural e pluriétnica de uma nação democrática.

“É a essência do ser humano. Ele fala do fato de que minha humanidade está presa e está indissolúvelmente ligada à sua. Eu sou humano, porque eu pertenço. Ele fala sobre a totalidade, sobre a compaixão. Uma pessoa com ubuntu é acolhedora,

hospitaleira, generosa, disposta a compartilhar. A qualidade do ubuntu dá às pessoas a resiliência, permitindo-as sobreviver e emergir humanas, apesar de todos os esforços para desumanizá-las.” (TUTU, 1984).

Esta evidência é um traço marcante da cultura africana - o ubuntu, pois carrega em si essa prerrogativa, conforme assegura Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz de 1984.

Também MOORE, (2008), afirma que identificar os elos existentes entre a História do Brasil, a História da África e suas culturas, a sociedade, certamente reconhecerá e valorizará a diversidade cultural brasileira. Portanto legitimá-las torna-se fundamental para que o Brasil construa, sem fragmentações, a sua verdadeira identidade para constituir-se efetivamente como nação.

A adoção de uma pedagogia diferenciada:

“Ressignifica espaços, tempos, insurreições, vitimizações, silêncios e possibilita diálogos. Vislumbra valores íntimos, substanciais, eternos; acrisolados à luz de um contínuo resistir e persistir, sem abrir mão da própria alma, da beleza e da esperança que encanta e fortalece o espírito, dos valores mais profundos... ancestrais, construídos e redimensionados nos embates cotidianos.” (ROCHA, 2009).

Pensar o processo educacional, utilizando como paradigma a cultura, o jeito de ser e agir no mundo, do povo africano é de suma importância para erigirmos novas formas de ser e agir no mundo, resgatando, redescobrimo e reinterpretando aportes de valores e princípios por eles trazidos e polissemicamente difundidos no cotidiano da nação brasileira.

A pesquisadora Nilma Gomes (2001) convida-nos a essa reflexão:

“Quem sabe, assim, a escola poderá desencadear um processo de mudança de lógicas, de valores e de práticas. E a tradição oral, a corporeidade, a ecologia, a estética e a diversidade dos vários grupos étnico-raciais sejam incorporados como constituintes do processo educativo, como dimensões do currículo e da prática escolar?” (GOMES, 2001).

As considerações acima remetem a importância da leitura literária na sala de aula e a relevância da literatura afro-brasileira para tal. Formar um sujeito leitor, não é fácil, é um desafio para todo sistema educacional, mas a diversidade de gêneros e aportes textuais oferecidos aos estudantes pode ajudá-los na fruição e ampliação de seu repertório intelectual e cultural, tornando-os críticos e atentos. Tal prerrogativa coloca a instituição escolar como estratégica para eliminar os fatores de exclusão através da formação pessoal dos indivíduos.

Isto torna o ensino de literatura como aspecto preponderante para a humanização dos alunos, pois segundo Cândido, (1995), possibilita:

“O exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida cotidiana, o senso de beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres vivos, o cultivo do humor, entre outras características.” (CÂNDIDO, 1995).

“A literatura desenvolve nos indivíduos uma quota de humanidade na medida em que os torna mais compreensivos e abertos para a natureza, à sociedade e o semelhante”, reforça Cândido, (1995). O docente pode agir no discurso literário, como um interlocutor nos embates e também em outras instâncias da subjetividade do estudante, no sentido de despertar sua consciência cidadã.

Reconhecer e conhecer todo este acervo da cultura africana oferece subsídios para se erigir uma nova visão de educação e de humanidade calcadas no respeito à diversidade cultural da sociedade brasileira, sendo capaz de amenizar todas as formas de preconceito e discriminação.

Esta evidência ganha corporeidade no depoimento de uma aluna na discussão sobre a obra: “Quem manda aqui?” (RIBEIRO, 2015).

“O livro é muito bom mostra que se a gente quiser, a gente pode mudar as coisas e até o jeito de pensar: a professora viu que ensina e também aprende, deu pra ver também que em casa todo mundo pode mandar se tiver respeito, não é só pai e mãe que manda, todo mundo manda, mas tem que ter respeito. A escrava mostrou que se a gente lutar a gente pode ser o que a gente quer, ela cansou de sofrer e lutou, é importante lutar não deixar os outros maltratar a gente. Tem que lutar, lutar muito, não é lutar brigando, batendo é estudando... falando...mostrando que todo mundo tem direito.”

Promover um diálogo permanente entre a Lei 10639 e as práticas pedagógicas é um caminho fecundo para transformação da sociedade e das desigualdades socioculturais do cotidiano escolar. Sobre isso Octaviano Correia (1980) diz “o país das mil cores” para dar corporeidade e sentido às afirmações acima, e quiçá, contribuir para a percepção de que a imposta invisibilidade e silenciamento aos povos de etnia negra escravizados se faça ouvir e ver, transcendendo em luz, cor, através do seu axé, sua energia revitalizante, dando mais beleza, cultura e humanidade ao nosso país. Juntos, faremos numa escrita de várias mãos e

ideias, uma releitura do “País das mil cores”, enfatizando a apropriação do acervo histórico e cultural brasileiro e africano.

1.2 Legislação

Apesar da Constituição Federal de 1988 estigmatizar o racismo como crime inafiançável, ainda continua muito inibida a sua aplicação e atuação. O Brasil, país multirracial e multicultural, continua obscurecido pelo simulacro ideológico que desvirtua a visão que os brasileiros têm de si mesmos. Fruto de um ideário hegemônico de privilégios seculares, cujos detentores se intimidam com a possibilidade de perder o monopólio dos bens, recursos socioeconômicos.

Em nove de janeiro de 2003 foi aprovada a Lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino de História e cultura afro-brasileira, bem como de História da África e dos africanos, nos estabelecimentos de ensino públicos e privados no Brasil. Segundo o texto da lei iria incluir a luta, a cultura, a contribuição dos negros na formação da sociedade nacional. Outros aparatos legais são o Parecer do CNE/CP 03/2004, que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados com a implementação da Lei, compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e a concretização de uma educação equânime desenvolvida pelas instituições governamentais a partir dos anos de 2000.

Segundo a Resolução CNE/CP nº 01/2004, caberá às escolas incluírem no contexto de seus estudos e atividades cotidianas, tanto a contribuição histórico-cultural dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos quanto às contribuições de raiz africana e europeia. O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana está dirigido formalmente para que sistemas e instituições de ensino cumpram o estabelecido nas Leis 10639/03 e 11.645/08.

A LDB, no seu artigo 12, explicita que as instituições educacionais terão a incumbência, entre outras, de: elaborar e executar sua proposta pedagógica; zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

A Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), tem como referência o artigo 2º inciso I, que diz: igualdade de condições para acesso e permanência na escola e descreve como objetivo o artigo 6º: educação de qualidade é entendida como aquela comprometida com a construção de uma sociedade democrática, com a gestão participativa, com a aprendizagem e com o desenvolvimento humano, respeitando a diversidade e a singularidade dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Nesse sentido, cada cultura tem sua história, condicionantes, características, não cabendo qualquer classificação que sobreleve uma em detrimento da outra. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (2002) afirmam:

“A Antropologia caracteriza-se como o estudo das alteridades, no qual se afirma o conhecimento e valor inerente a cada cultura, por se tratar daquilo que é exclusivamente humano, como criação, e próprio de certo grupo, em certo momento, em certo lugar.” (PCNs, 2002).

Contudo, no que se refere à situação educacional da população negra (pretos e pardos), segundo dados do IBGE, esta apresenta grande desvantagem em relação à população branca. Também a diferença em escolaridade mostra-se grande e permanente: “na década de 1990, os negros não conseguem alcançar mais do que 70% da média de anos de estudo dos brancos” (IBGE, 2010) De modo análogo observa-se que mesmo havendo uma redução da taxa de analfabetismo entre negros e brancos, esta se mantém quase constante, ou seja, a diferença percentual na taxa é cerca de 10%.

Atrelada a essas pesquisas, (GOMES, 2010) ajuda-nos a repensar sobre a necessidade de compreender as relações inter-raciais e de formulação de propostas que visem à formação de docentes, currículos, material didático para que uma sociedade plural e multicultural se fortaleça e estabeleça, para o enfrentamento e superação do racismo.

O que tem acontecido é que ao disseminar conceitos e valores da sociedade, a escola ao invés de se tornar lugar de acolhimento, escuta sensível e de valorização das diferenças, vem reproduzindo essas manifestações de violência simbólica, o que neste sentido significa que:

“Não há dúvida de que os julgamentos que pretendiam aplicar-se à pessoa em seu todo levam em conta somente a aparência física propriamente dita que é sempre socialmente marcada através de índices de corpulência, cor, forma do rosto, mas também, o corpo socialmente tratado, roupas, adereços, cosmética e principalmente

as maneiras e conduta, socialmente constituídas, portanto lidas como sinal de qualidade e de valor das pessoas.” (BOURDIEU, 2007).

Comprova-se, de acordo este filósofo e educador, como o preconceito e o racismo se propagam no ambiente educativo e têm servido de apoio social dominante para perpetuá-lo. Neste processo, a escola verticaliza a educação e categoriza (em capazes e incapazes, superiores e inferiores), adaptando academicamente, a hierarquização da sociedade.

Munanga adverte que devemos prestar atenção, pois:

“Justamente a escola, onde se deveria combater a disseminação de preconceitos, lugar de trabalho acerca do conhecimento e de enriquecimento cultural, percebe-se a reprodução de situações de conflito em relação às questões raciais. A cultura de se contextualizar a figura da criança e do jovem negro a estereótipos negativos compromete de forma inquestionável seu aproveitamento e seu sucesso escolar.” (MUNANGA, 1988).

Acredita-se que a função da escola é propiciar a seus discentes múltiplas possibilidades e caminhos para a construção da sua trajetória de aprendizagem e baseados nestes princípios norteadores, nas suas diferenças, subjetividades, unicidades e multiplicidades, sejam capazes de fazer escolhas mais assertivas, referendadas pelas suas aspirações, convicções e desejos pessoais.

Tais evidências direcionaram nossas reflexões para as considerações que aqui se pretende efetivar.

Ao se fazer uma análise dos avanços obtidos até agora, observa-se que a questão racial entrou definitivamente na agenda política e educacional brasileira, para além das reivindicações do movimento negro, da mídia e de empresas. Os sistemas de ensino estão sendo movidos a se posicionarem frente às reivindicações de equidade social e promoção de possibilidades de se construir uma nova postura cidadã. Tanto a legislação, quanto seus dispositivos indicam o imperativo de uma mudança estrutural e simbólica, abrangendo a adoção de princípios afirmativos pelas instituições educacionais, tais como o reconhecimento da diversidade cultural e da desigual distribuição de oportunidades sociais entre os diversos grupos da população. Acrescenta-se a disposição positiva para a convivência democrática entre grupos e culturas, bem como a efetivação da paridade de direitos sociais.

Tais princípios, no contexto nacional, só poderiam ser colocados em prática por meio da execução de políticas públicas para (e na) diversidade, contrária à apologia da tolerância e

ao mito da Democracia Racial. Atreladas a essas medidas, essas ações positivas de valorização da comunidade afro-brasileira na construção econômica e cultural brasileira, favoreceriam a autodeterminação de sua identidade afro ao alunado negro.

2 JUSTIFICATIVA

De acordo com análises de dados econômicos do IBGE “depreende-se que parte significativa das desigualdades raciais entre brancos e negros no país está diretamente vinculada à discriminação racial vigente tanto na escola como no mercado de trabalho”. (IBGE, 2010)

A percepção da abrangência e importância deste fenômeno conduz a reflexão sobre as políticas públicas a serem mobilizadas para enfrentá-los. Neste contexto, emergem no Brasil, importantes debates sobre novas formas de intervenção estatal em face ao problema racial no país, enfatizando o combate à discriminação, aos preconceitos (estereótipos), ao racismo e as desigualdades sociais. Neste direcionamento, políticas educacionais e ações centradas na Lei 10639, sugerem significativas mudanças sociais: a escola precisa se organizar para evidenciar a toda a importância da pluralidade na sociedade; a diversidade racial deve ser contemplada e discutida pelos educadores; os problemas sociais que atingem os diversos grupos sociais em diferentes proporções devem ser objeto de estudo e análise nas diversas instituições educacionais, para que situações de discriminação e preconceito racial não sejam naturalizadas; as reflexões sobre a dinâmica das relações raciais vivenciadas neste espaço, não podem mais ser proteladas, em especial pelos educadores.

Um episódio de discriminação racial no depoimento de uma aluna, nas interlocuções sobre o “Teste das bonecas”, uma das atividades do projeto, demonstra a urgência de uma pedagogia centrada na diversidade.

“Eu acho que se a gente pudesse escolher ninguém queria ser preto. Tem gente que não brinca comigo porque sou feia.”

Isso acontece na escola?

“Na escola... na praça onde a gente brinca. Tem lugar até que não atende preto.”

Quem te disse isso?

“Eu sei disso! Meu pai também disse! A gente foi num restaurante esperou... esperou... esperou até cansar, ninguém atendeu a gente. Até que a gente foi embora. Meu pai falou que é assim mesmo. Tem lugar que atende, tem outros que não!”

E você o que acha?

“Eu acho que é errado, eles faz de conta que não vê a gente. Eu acho errado, muito errado, fazer isso só porque a gente é preto. O dinheiro é igual!”

Considerando estas questões e a forte influência que a escola exerce na formação de qualquer identidade, o projeto de intervenção que aqui será estudado foi idealizado para que as crianças, não sejam compelidas a cristalizar sentimentos e ideias racistas, balizadas por uma didática isenta de conhecimentos de respeito, empoderamento e consciência crítica. Diante disto, a ação pedagógica para efetivação do projeto, fundamentou-se no trabalho com a questão da diversidade étnica, cultural e literária do Brasil e África, instaurando um processo de identificação com a ancestralidade e contemporaneidade.

A função da escola é propiciar a seus discentes múltiplas possibilidades e caminhos para a construção da sua trajetória de aprendizagem e princípios norteadores, nas suas diferenças, subjetividades, unicidades e multiplicidades, tornando-os capazes de fazer escolhas substanciadas pelo conhecimento, memória e subjetividades.

Neste sentido, pressupõe-se que a condução e efetivação de práticas pedagógicas referendadas pela inclusão, discussão e reflexão sobre as relações étnico-raciais, possibilitam a construção de identidades, calcadas nos referenciais positivos que se retroalimentam nos textos literários afro-brasileiros, configurando-os como subsídios para promover o respeito à diversidade e a dignidade.

O ensino da literatura, no contexto educativo, favorece o conhecimento sobre os valores e tradições do continente africano, mostrando que se faz necessário a realização de um trabalho que promova um contato mais realista com a diversidade cultural afrodescendente por parte das novas gerações, em contato com gerações anteriores, rompendo com estereótipos propagados há décadas.

Conjuminada a estas ações alude o foco as crianças, pois estas constituem o devir, um contingente potencializador, para que se faça emergir uma nova sociedade e um novo homem,

constituídos a partir de uma proposta educacional centrada em uma visão holística do sujeito, como forma de construção de uma identidade positiva e respeitosa.

Propiciar o conhecimento de nossa ancestralidade, através da literatura, constitui-se num caminho profícuo para a efetivação deste devir para os sujeitos e para a humanidade a partir de uma proposta educacional direcionada para um olhar reflexivo sobre as concepções e subjetividades de outros sujeitos. Também o resgate da oralidade e das histórias permite “o conhecimento de outras histórias e alerta-nos para os perigos de uma história única (...) “que isto demonstra o quão impressionáveis e vulneráveis somos face a uma história, particularmente das crianças.” (ADITIE, 2009).

Estudos recentes, realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA corroboram estas constatações de preconceito e racismo, que se materializam no cotidiano escolar e evidenciam as desigualdades enfrentadas pelos afro-brasileiros em todas as esferas da vida social, psicológica, econômica ou política. Infelizmente, os estudos convergem sempre na mesma direção, sob qualquer aspecto analisado, os dados revelam que as desigualdades se perpetuam, seja no desemprego, na falta de oportunidades, no acesso a uma educação de qualidade. Consequentemente oriundos tanto de menores níveis de educação e de qualificação alcançados pelos afro-brasileiros, como de discriminação racial.

Constata-se também que os negros são as principais vítimas das mortes, provocadas por arma de fogo no país, conforme levantamento mais recente do Mapa da Violência 2015. Das 39.686 vítimas de disparo de qualquer tipo de arma de fogo, em 2012, 28.946 eram negras e 10.632 brancos. A diferença mostra que as vítimas desse tipo de morte foram 2,5 vezes mais de negros do que de brancos. (Agência Brasil, 14/05/2015). Dados explicitam que jovens negros estão mais expostos ao tráfico de drogas e a precariedade da saúde pública.

Tais evidências mostram que a convergência do preconceito com o racismo, vem prejudicando indivíduos somente em razão de suas características físicas ou culturais. Entretanto, pouco significativos têm sido os investimentos, visando equalizar oportunidades e acessos a bens e serviços entre negros e brancos: o estado violenta, a sociedade corrobora e permanece letárgica diante das desigualdades, impassível em sua zona de conforto, banaliza o extermínio, a pobreza, a discriminação.

Agrega-se a isso, o fato de que há menos crianças e jovens negros na escola e na universidade, gerando desemprego, subemprego, exclusão. (IPEA, 2011).

2.1 Caracterização do espaço escolar

Vislumbrando a possibilidade de estruturar ações pedagógicas direcionadas a diversidade, almejando avanços na condução de estratégias que subsidiem uma práxis mais inclusiva, optou-se pela realização de um projeto intervenção na escola municipal “Dr Sabino Barroso”, no município de Contagem. Cidade esta, situada na região central mineira teve suas primeiras construções datadas do século XVIII, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em uma área que interliga a zona metalúrgica com o Campo das Vertentes. Tem como importante referência turística a coluna Bracher, monumento em homenagem à África, berço da cultura negra no Brasil, e a Comunidade Quilombola dos Arturos. Hoje, comunidade considerada patrimônio cultural e imaterial de Minas Gerais, que preserva há décadas, as tradições afrodescendentes no município. Atende ao alunado dos bairros sede e do entorno.

Ao observar os trabalhos apresentados na escola - oficinas, painéis, percebemos que a questão racial é discutida de forma insuficiente e há muitos conflitos entre os alunos. Nesse sentido, fez-se necessário um olhar mais atento para que as relações étnico-raciais não se tornassem objeto apenas de debate em momentos pontuais no decorrer do ano letivo, como 20 de novembro, dia da Consciência Negra, deixando de conferir ao tema a urgência e relevância necessária, para a validação e o conhecimento do legado africano para a construção da identidade favorecendo o resgate da autoestima, de todos aqueles, que carregam na cor da pele, o estigma da negação de direitos, oportunidades e condições de acesso aos bens socioculturais.

A reflexão sobre este espaço escolar conduz-nos a necessidade de repensar sobre a estruturação da Pedagogia da Diferença proposta por (ROCHA, 2009), a autora evidencia que o perfil de todos os grupos sociais deve ser respeitado, as diferenças visualizadas dando-lhes um trato institucional, pois a revitalização do ensino brasileiro passa pelo estabelecimento de novos diálogos e entrecruzamento de saberes. Não há espaço para a improvisação.

Retomando as considerações da autora verifica-se que a proposta de aceitar mudanças de postura, de se colocar como aprendiz quanto ao tema racial, estar aberto para a necessidade de complementar a formação acadêmica recebida, tendo como propósito o exercício da docência, constitui-se como realidade no espaço pedagógico. Porém, observa-se que apesar de se tratar de um desafio difícil de enfrentar, muitos acreditam ser uma tarefa fácil e corriqueira.

Percebe-se que a convicção de domínio dessa temática, coloca-se como uma barreira para novas descobertas e aprendizagens.

A leitura irrefletida e acrítica de todo material didático e paradidático, das produções escolares ainda é a realidade pedagógica de muitos educadores. Falta instaurar a magia da escuta sensível e da visão acurada.

Em continuidade, acrescentam-se as considerações:

“Desenvolver práticas pedagógicas que entendam a educação escolar como processo que vai além do letramento e da consciência revolucionária. Compreendemos, então, o significado e a abrangência da cultura de tradição africana na construção e na constituição da nossa sociedade.” (GOMES, 2001).

É possível perceber no diálogo constante com coletivo da escola, em que se faz o estudo, a caracterização dos profissionais, em todas as fases por que a escola passa para a inclusão da discussão racial em seu acervo pedagógico. Ainda que o assunto já tenha uma legislação federal, conforme acentua a professora Rosa Margarida (2009), constata-se que as instituições escolares, em seus diversos territórios e espaços, estão assim categorizadas de acordo com a temática racial:

-Fase da “invisibilidade”, o silêncio sobre o tema é a estratégia escolhida.

-Fase da “negação”, o tema começa a ser trabalhado, mas ainda permanece o equívoco do “mito da democracia racial”: mito que reforça a ideia equivocada de que as relações estabelecidas entre brancos e negros no Brasil se construíram, historicamente, de forma harmônica. (FREYRE, Gilberto, 2004); descartado, inclusive oficialmente pelo estado brasileiro em Durban, na África do Sul, na III Conferência Internacional contra o Racismo, Xenofobia e Outras Intolerâncias Correlatas; conferência realizada em 2001, em que o Brasil assumiu compromissos de reforçar ações afirmativas contra a discriminação racial também no campo educacional.

-Fase do “reconhecimento”, a discussão racial é incluída no cotidiano, a escola reconhece a necessidade de se tornar espaço de luta contra o racismo, preconceito e discriminação, mas ainda há dúvidas entre os profissionais da educação sobre como efetivar o trabalho pedagógico.

-Fase do “avanço”, a escola repensa o papel que deve desempenhar como agente de transformação da sociedade. Procura visualizar, com dignidade, os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira; usa a cultura de todos eles como instrumento pedagógico na construção do conhecimento; trabalha a autoestima e o orgulho ao pertencimento étnico-racial de seus estudantes. Estes são estimulados a reconhecer as diferenças e a compreender que elas não podem levar a desigualdades de direitos.

Diversas situações e acontecimentos contribuem para que o racismo se perpetue na escola: material pedagógico que apresenta apenas pessoas brancas como referencial positivo; vocabulário pejorativo para se referir ao alunado negro, termos preconceituosos, negativos ou supostamente positivos, apelidos; negação da diversidade racial brasileira; minimização das consequências do racismo, naturalização de situações de discriminação ou preconceito racial.

A busca de novos caminhos, para que a escola em que atuo leve em consideração os estudantes em sua complexidade humana, atentando para suas singularidades, sua cultura e marcas identitárias, em especial ao estudante negro em função do racismo e das discriminações sofridas, constituiu a essência desse projeto.

Diante disso, o presente trabalho coloca-se como aporte para o propósito de promover e favorecer a implementação da Lei 10639/03 nas instituições educacionais, pois após doze anos de sua homologação, ainda não foi possível, vê-la materializada no chão da escola.

2.2 Caracterização dos sujeitos

A escola em que trabalho atende crianças da Educação Infantil até o segundo ano do segundo ciclo. As famílias apresentam um percentual antagônico de distribuição de renda: de um lado, um pequeno contingente, com alto poder aquisitivo e de outro, uma maioria com baixa renda per capita, inviabilizando acesso a grande parte de bens e serviços.

Para estes sujeitos, a escola é concebida como alternativa eficaz para que essas crianças se tornem cidadãos autônomos, críticos e participativos, que contribuirão com seu trabalho e competência para o crescimento da nação. Isto aumenta a responsabilidade da instituição escolar e seus educadores, na busca de práticas educacionais libertadoras e inclusivas, fazendo com que seus profissionais reflitam sobre o currículo e a ação educativa.

“Uma prática pedagógica centrada na diversidade direciona para a possibilidade de “nos” “re-olhar”, nos “re-definir” a partir das nossas próprias diferenças, pois estas,

ao mesmo tempo em que são extremamente particulares, são também universais, pois todos nós somos diferentes, ou seja, uma subjetividade que seja própria de cada um ao invés de deixar permanecer “o outro no lugar de mim.” (BLANCHOT 1980, apud PELBART, 2000; GOMES 2010).

Romper com o estigma de dominação é um desafio para o aprendiz e para a escola, pois a sociedade brasileira estabeleceu-se tendo como alicerce e mão de obra uma população negra escravizada e destituída de direitos universais. Construir outro paradigma que traga em seu bojo a igualdade de oportunidades, é mais que uma obrigação, trata-se de uma questão humanitária. (SOUSA, 1983), adverte:

“A violência racista do branco exerce-se, antes de tudo, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um ideal de Ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo. Entre o Ego e seu Ideal cria-se, então, um fosso que o sujeito negro tenta transpor, à custa de sua possibilidade de felicidade, quando não do seu equilíbrio psíquico.”

O efeito perverso dessa compulsória identificação é um estigma que o sujeito carrega ao longo de sua vida, pois, mesmo que ele consiga romper com a questão subjetiva, a materialidade da cor da pele, coloca-se como um intruso nesta interlocução. A partir desta constatação seu corpo passa a ser vigiado, redefinido por uma estética branca que foi compelido a desejar.

“Ser negro é, tomar consciência do projeto ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegura o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.” (SOUSA, 1983).

Promover a ruptura de uma identidade acrisolada na dor, no sacrifício e na impossibilidade é um estigma inexorável; pois, a pele branca, transcende a própria cor torna-se: espírito, razão, sabedoria, cultura, civilização, “humanidade”; resigna-se, então, o sujeito negro, a passiva condição de “inferior”; paralisado, corrompido, violentado por uma ideologia reducionista que assegura a supremacia da etnia branca na invisibilidade negra.

Tais constatações ganham materialidade nas atividades desenvolvidas com os estudantes na oficina da memória, discutindo sobre ancestralidade, tendo como suporte o

livro: “A semente que veio da África” (LIMA, 2005) destacam-se os comentários de alguns alunos:

“Minha vó falou que a lembrança que a gente tem é o chicote do homem branco, só tristeza e sofrimento. Agora eu vou falar pra ela que a gente tem história. Uma história bonita...boa, de gente importante, que luta, que sabe que tem direito de viver, de ser feliz, de ser famoso”.

Outra aluna discordou das afirmações e ressaltou:

“Eu sou negra e tem meninos na escola que fala que não gosta de gente preta. Fala do meu cabelo, que eu sou burra, que minha boca... (silêncio) é feia... tem dia que eu não quero vim na escola, mas minha fala que tenho que vim...” (choro).

Isso acontece na sala de aula?

“Também... eu tenho amigas que “é” branca, mas tem outras que não gostam de mim. Até fica me zoando, desde que eu entrei na escola é assim!”

Por isso você falta tanto às aulas?

“Às vezes é. Quem aguenta viver assim? Tô cansada. Minha mãe fala: enfrenta! Mas ela não sabe como é, então eu choro, falo que tô com dor de cabeça pra ela não me trazer. Mas tem dia que não adianta, ela traz assim mesmo, ela tem que trabalhar, senão a gente não come!”

Uma colega disse:

“Eu acho isso um absurdo. Todo mundo é gente! Eu sou morena, não sou negra, mas todo mundo é igual, tem que ser respeitado, mesmo se tem cor diferente”.

Outro relatou:

“Eu tenho respeito por todo mundo! De qualquer cor, até mesmo quem é pretinho, pretinho, que a gente nem vê a sobrancelha, eu não tenho preconceito! Gosto de todo mundo!”

O racismo na escola traz consequências para todas as crianças e, sobretudo para a criança negra, pois compromete o senso crítico e ético; favorece a competição, a agressão, e a violência; estabelece conceitos de hierarquia racial, sentimento de inferioridade, inadequação

social, subaproveita potenciais, conduz ao fracasso escolar; perpetuação de ideologias e desigualdades raciais.

Precisamos como recomenda (SILVA, 2012), através de uma prática pedagógica centrada na autonomia e diversidade “colocar na cabeça dos afrodescendentes que não precisavam temer ousar em lugares que até então lhes eram negados, nem ter vergonha de sua cor”.

Mudanças e reformulações na educação básica podem apontar caminhos profícuos para que os aprendizes, desde a primeira infância, possam construir uma imagem positiva de si mesmos e de sua origem, consubstanciada no respeito à diversidade.

3 OBJETIVOS

A possibilidade de promover o intercâmbio cultural Brasil e África permite várias interlocuções capazes de construir um repertório de práticas pedagógicas mais exitosas, romper com dicotomias e devolver a ética, a estética e o encantamento da tarefa de educar e aprender.

Rememorar a história da África alude a nossa ancestralidade. África é a casa de todos nós. Pesquisas antropológicas têm comprovado cientificamente a origem africana da humanidade, esta constatação assenta-se, também na prerrogativa de que os fundamentos filosóficos, epistemológicos e as tradições culturais têm, neste território, o seu nascedouro. Entender esse continente é compreender um pouco o que somos. Cinquenta e três países, quase 900 milhões de habitantes, mais de mil idiomas.

A proposta de família transcontinental, alargada, atravessa o Atlântico. Apesar das inúmeras voltas em torno da “árvore do esquecimento”, abraça toda a comunidade fortalecida pela ajuda mútua, sanando o sofrimento alheio, trazendo consigo a proposta de superação de diferentes tipos de discriminação: cor da pele, gênero, orientação sexual e religião.

Faz-se oportuno lembrar algumas palavras ditas por Mandela, em seu livro autobiográfico:

“Longo Caminho para a liberdade”: “... Ninguém nasce detestando outra pessoa por causa da cor da pele, da formação ou da religião. Se conseguem aprender a odiar também conseguem aprender a amar, pois o amor chega ao coração humano com mais naturalidade que seu oposto...” (MANDELA, 2012).

3.1 Geral

Ensinar e aprender a respeitar as expressões culturais negras que compõem a história e a vida de nosso país, buscando compreender e aceitar os diferentes modos de ser, viver e pensar, através do conhecimento da literatura afro-brasileira, da discussão e análise das relações raciais no Brasil e na revisão e reformulação de concepções acerca da população negra, alicerçadas em preconceitos.

3.2 Específicos

Criar espaços na escola para discussão das diferenças étnico-raciais que constituem a diversidade brasileira.

Reconstruir o imaginário sobre o negro a partir de representações positivas.

Trazer a questão identitária por meio da discussão sobre o significado dos nomes das crianças, o respeito às diferenças e a igualdade de direitos e oportunidades.

Respeitar a diversidade aprendendo a lidar com as diferenças dentro e fora da escola.

Promover a valorização e análise dos textos literários afro-brasileiros e a reflexão sobre estereótipos acerca da população negra.

Sensibilizar sobre a importância da temática étnico-racial, oportunizando discussões visando o reconhecimento e valorização da diversidade.

Conhecer diferentes manifestações culturais e sua influência na construção da identidade de diferentes grupos sociais.

Favorecer a elaboração de um referencial positivo do alunado negro rompendo com a discriminação e o preconceito.

Conhecer e valorizar o repertório linguístico, cultural e histórico afro-brasileiro.

4 METODOLOGIA

A proposta de direcionar a práxis pedagógica alicerçada na literatura africana e afrodescendente introduz a perspectiva da construção de uma cultura gerada na história de sujeitos díspares, mas que contribuem com melhor de si, com sua essência e idiosincrasia, para a valorização da inteligência infanto-juvenil, o estímulo da curiosidade, o espírito investigativo, capaz de fazer analogias, buscar evidências, questionar-se; e através disso, desvelar sua própria origem, sua ancestralidade, e, por meio delas, construir sua autonomia e identidade; afirmando-se como sujeito e exigindo seu lugar no mundo. A Lei 10639, ganha corporeidade na sala de aula.

A escola não é só territorialidade. É também tempo e espaço de interlocução e convívio social, portanto, a preocupação com a intencionalidade pedagógica deve estar circunscrita na dialética: educação e relações étnico-raciais, e com uma práxis que traga em seu bojo a superação do racismo e das desigualdades raciais.

A metodologia adotada teve como parâmetro os cadernos da “Cor da Cultura” cuja essência tem como eixos: acolhimento e diálogo - modos de sentir, acolhida e aceitação do outro; práxis (prática, teoria, prática, ação, reflexão, ação) - modos de interagir mudança de mentalidade e ações; valores civilizatórios afro-brasileiros - modos de ver, afirmação do patrimônio africano e afro-brasileiro e conseqüentemente, da nossa humanidade e brasilidade.

A experiência de vida de cada um foi o ponto de partida do processo de aprendizagem.

A condução metodológica consubstanciou-se no repertório literário Brasil/África, nos cadernos de atividades, Saberes e Fazeres da coleção acima citada, alinhando cada sequência didática ao trabalho com a dimensão afro-brasileira de acessar o “repertório pessoal” articulando valores individuais, coletivos e evocando o que temos de África dentro de nós através:

da memória: fazendo aflorar e visibilizar a nossa afro-brasilidade conectando-a por meio do compartilhamento de lembranças em textos de diversos gêneros, desenhos, fotos e escrita, palavras que povoam nosso cotidiano dando vida e significado para nossa história;

da ancestralidade: vendo e ouvindo pessoas, investigando e construindo conhecimento, indo ao encontro do outro e de si mesmo;

da religiosidade: sintetizada no respeito à vida como transcendência, o que nos remete à alteridade, ao cuidado com o outro;

da oralidade: o oral não com negação da escrita, mas como complemento, como autonomia relacional, de comunicação, de proximidade, de escuta sensível;

da musicalidade: marca de nossa brasilidade e bem cultural, o corpo que vibra, dança, se relaciona e revela nossa essência como seres humanos;

da cooperação/comunitarismo: é a cultura negra desvelada no coletivo, na ajuda mútua, na diversidade, na parceria e no diálogo;

do princípio do axé, da energia vital; a educação alicerçada neste princípio que remete ao imponderável da vida, ao espírito inventivo, ao amor, a flexibilidade, a vontade de viver, de aprender, com olhos brilhando, emoção a florada capaz de acreditar na vida, no homem e no que virá conforme relata o poeta;

da corporeidade: respeito ao corpo e a sua interação consigo mesmo e com o outro, a revelação do que somos e temos de melhor;

da ludicidade: o prazer, a emoção, o sonho, a fantasia, a brincadeira, um despojamento das amarras, a revelação de si mesmo;

da circularidade: a roda, a motivação para a busca do outro, construindo identidades na pluralidade de encontros físico, materiais, transcendentais formando redes de cuidado, de diálogos, de escuta, de sentimentos;

da afetividade: sensibilizar a todos a importância de promover a qualidade da vida afetiva das crianças negras no cotidiano escolar. Propagação do espírito do ubuntu.

“Não basta ter um corpo, é necessário senti-lo, amá-lo, cuidá-lo respeitosamente, conhecê-lo, vivê-lo na totalidade, para que possamos, na relação com o outro, assumir com autoria o que somos, sentimos, desejamos, pensamos, fazemos com nosso corpo, nossa vida, nossa história.” (FREIRE, 2000).

4.1 Desenvolvimento

“Quando me movo, todo um povo se move comigo...” (SILVA, 2012).

Trabalhar com dimensão afro-brasileira é evocar: a memória, a ancestralidade, a religiosidade, a oralidade, a musicalidade, a cooperação/comunitarismo, o princípio do axé, da energia vital, que anuncia e pede o bem, a energia positiva, a força da vida; a corporeidade, a ludicidade, a circularidade, a afetividade. (A Cor da Cultura).

A leitura e reflexão sobre o acervo bibliográfico sugerido no decorrer do curso de especialização, clarificaram que um grande caminho já foi trilhado, apontando experiências exitosas de resiliência no combate ao racismo, em suas mais diversas manifestações. A luta do Movimento Negro e de militantes ilustres e anônimos demonstram que ainda há muito a realizar para que a uma sociedade mais igualitária se construa e se fortaleça.

Cientifica-se, a partir da epistemologia existente, a importância de evidenciar o que tem sido feito no chão da escola para a construção de práticas educativas que visem atenuar preconceitos e estereótipos, pois nesta temática, como em tantas outras, é na escola que ganham dimensão e corporeidade, uma vez que esta espelha a sociedade. Vislumbrá-las é fundamental para perceber avanços e delinear novas formas de abordagem que venham a reduzir silêncios e invisibilidades.

É importante destacar que estas estratégias pedagógicas ganham força e legitimidade, no momento em que novos atores se propõem a reconstruir e reelaborar metodologias que contemplem a diversidade.

Com este trabalho, fomos capazes de criar espaços na escola para discussão das diferenças étnico-raciais que constituem a diversidade brasileira; reconstruir o imaginário sobre o negro a partir de representações positivas; trazer a questão identitária por meio da discussão, sobre o significado dos nomes das crianças; promover a interdisciplinaridade e a integração com o primeiro e o segundo ciclos, que constituem o capital intelectual da escola.

Em sala, desenvolvemos projeto: “Luz”, que objetivava demonstrar a importância da luz em suas diversas formas e nuances. Nesta perspectiva, iniciamos o trabalho, destacando a África como precursora de nossa ancestralidade, tornando-se o berçário da humanidade e da afetividade.

Foi também proposto um estudo sobre o Baobá, a árvore mãe, capaz de habitar a vida e a espiritualidade. Fizemos também uma incursão sobre os Adinkras, conjunto de símbolos, que formam um sistema de preservação e transmissão dos valores acumulados do povo Akan.

Os documentos escritos materializam a história nas sociedades ocidentais: é a arte trazendo o conhecimento do passado até o presente.

Os projetos literários propostos valorizaram a temática e inseriram definitivamente os negros como protagonistas, tornando-os referenciais positivos para os meninos e meninas, ao se caracterizarem como heróis e heroínas visíveis e contemplados nas diversas áreas do conhecimento.

Nesta perspectiva acreditamos que o trabalho com a ancestralidade, oralidade, circularidade, força vital (capacidade humana de preservação da vida), oferecem inúmeras possibilidades pedagógicas.

Ao apropriar-se delas, a escola torna-se lugar de criação e recriação; de resgate e transformação humana, social, política. Torna-se, o local onde a educação libertadora, problematizadora percebe-se tangível, valorizando sujeitos que se constroem na ação humana de educar.

4.2 Atividades desenvolvidas

Elenco algumas experiências educacionais realizadas para a efetivação de um currículo voltado para a diversidade étnica.

Destaca-se: leitura de livros; revitalização do acervo para abordagem da temática; escrita e reescrita de livros; peças teatrais; jograis; rodas de conversa, como forma de socialização; confecção de murais; cartazes; pinturas; artesanato.

Recursos midiáticos: DVDs, CDs, exibição de curtas metragens, na hora do cinema. Vídeos: “Heróis de todo mundo” da “Cor da Cultura”.

Visibilidade e autoestima: desfile de cabelos, oficinas cartográficas: estudo de mapas, território, vegetação, relevo, humanidades, Brasil/África.

Griots e griotas: resgate e fundamento de nossa história: contação de histórias africanas, provérbios. Intertextualidade: interação com textos literários africanos e afro-brasileiros.

Quilombo em evidência: visitas, bate-papo, cultura, com os integrantes da comunidade quilombola dos Arturos.

Feiras culturais que ressaltaram aspectos fundamentais de nossa ancestralidade africana.

No mês de agosto, pesquisamos comidas, provérbios, brincadeiras e brinquedos de origem africana, que fazem parte do cotidiano das crianças e outras.

Sabe-se que a corporeidade para os afrodescendentes é importantíssima: o corpo é a sede do saber. Para tanto, convidamos o mestre de capoeira: Pé de Vento, da comunidade dos Arturos, para um bate-papo com os estudantes sobre esta arte. Fizemos a leitura do livro: Luana a menina que viu o Brasil neném, contribuindo para que todos se encantassem por essa heroína.

Criação da biblioteca de sala de aula; oficina de literatura; escambo: troca de livros; roda de leitura; roda de histórias (reinterpretando os griots); conhecendo e trabalhando com o repertório musical afro-brasileiro e africano.

Outras atividades contempladas contribuíram para a construção de uma didática, rica, dinâmica e flexível.

Promoção de brincadeiras e discussões a partir de materiais como: gravuras, objetos, instrumentos musicais de origem africana. Conhecimento dos símbolos Adinkras e seus significados.

Relatos orais ou escritos dos estudantes contendo histórias das suas famílias, do cotidiano, de histórias, lendas africanas.

Pesquisas sobre músicas africanas em família, atividades de conhecimento ou reconhecimento de instrumentos musicais da bandinha da educação infantil.

Caixa de livros: possibilitou leitura de fruição, discussão, escolha do gênero literário e efetivação do trabalho interdisciplinar.

Sacola literária: leitura compartilhada, envolvimento familiar, aprimoramento do gosto pela leitura, desenvolvimento da aprendizagem, laços de afetividade, conhecimento dos hábitos de leitura.

Oficinas: Memória da Língua – discussão sobre as palavras de origem africana no nosso cotidiano através da leitura do livro: Memórias das Palavras, da coleção Cor da Cultura.

Ações pedagógicas: reprodução, ressignificação, criação, recriação a partir do glossário desta obra. Conhecimento do mapa da África e do espírito do ubuntu.

De poemas/ músicas – dramatizações, jograis, recriações com desenhos, reescrita em prosa, discussão sobre a temática abordada.

Nas oficinas, aproveitamos também para socializar experiências vivenciadas na especialização como: teste das bonecas e do pescoço. A roda de conversa possibilitou diálogos significativos, onde foram expostos os diversos pontos de vista e interpretações.

Acredita-se que as oficinas: reforçam o papel do professor como mediador do aprendizado: alguém que mais do que oferecer respostas, instaura a dúvida, favorece o entendimento da educação como processo de aprendizagem, proporciona associações livres e interdisciplinares espontaneamente, aguça a subjetividade, propõe situações-problema onde o sujeito aprendiz mobiliza seus recursos ou esquemas para tomar decisões.

A importância de um trabalho sistemático com a questão racial e a prática do texto da Lei 10639/03 além de urgente trata-se de uma questão humanitária.

Temos que acionar nossa memória, reformular paradigmas e ampliar referências para dizermos com orgulho e determinação: ela é uma cidadã negra brasileira ou eu sou um cidadão negro brasileiro; aspectos tão evidenciados nos vídeos: “Heróis de todo o mundo” da Cor da Cultura.

“A escola precisa se organizar para demonstrar a todos a importância da pluralidade racial na sociedade. Os educadores devem contemplar a discussão da diversidade racial da sociedade, discutir os problemas sociais e as diferentes proporções em que atingem os grupos sociais.” (CAVALHEIRO 2006, A Cor da Cultura)

A reflexão prossegue no sentido que sendo o Brasil um país multiétnico e pluricultural, precisamos de organizações escolares em que todos se sintam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem serem obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico-racial a que pertencem e adotar costumes, ideias e comportamentos que lhe sejam adversos; garantam soberanamente os direitos individuais e invioláveis de todos os seres humanos, indiferente da cor de sua pele.

5 CONCLUSÃO

Mais importante do que falar é encantar-se com a história do outro.

A literatura delinea o caminho para o imponderável. É navegar por mares nunca antes navegados! Infinitas são suas possibilidades, infindáveis suas interpretações, polissêmicos seus sentidos. Seguir por este caminho é ouvir histórias não narradas, é percorrer lugares nunca desvelados, é presenciar seres humanos apropriando de si mesmos e repassando sonhos e experiências, é experienciar o mundo do outro, seus desejos mais profundos, suas evidências e silêncios: é o fôlego, antes do mergulho!

Ao planejarmos o trabalho com a literatura devemos nos conscientizar de que os objetivos esperados superam nossas expectativas, fazendo-nos refletir, replanejar, agir continuamente. A literatura revela a mim e ao outro que as metas que buscamos nem sempre são as mesmas. Nisso reside sua riqueza, não sabemos onde ela pode nos levar quando a desfrutamos coletivamente.

Este projeto foi uma busca compartilhada! Possibilitou conhecer melhor a mim mesma e a meus alunos e estes, conseqüentemente, aprenderam e me ensinaram muitas coisas. O trabalho com a diversidade, o diálogo sobre as interações raciais, é um campo rico de descobertas, traz consigo a certeza de que temos muito a aprender com as diferenças, inclusive a capacidade de nos tornarmos mais humanos!

A concepção de um aluno sobre o racismo, ao procedermos o debate sobre a obra: “Os três astronautas” (ECO, 1999), conduziu-me a constatação de que há muito por fazer, e, não podemos permitir que nossas crianças se tornem vítimas de nossa imperícia pedagógica, reproduzindo práticas que reforçam a exclusão e o não pertencimento.

“O racismo... (pausa) faz a gente sentir que “tá” no lugar errado... faz a gente achar que tem que ser diferente do que a gente é... (pausa) só que não tem jeito de mudar porque a cor não é igual uma roupa que você tira ela... tá presa na gente, ela faz parte da gente, ela é como se fosse a gente... mesmo quando a gente tenta, tenta muito tirar ela, ela tá lá, não sai...”

Como brasileiros, temos postergado o debate sobre as relações raciais e, principalmente sobre a perversidade do racismo brasileiro, ancorados na falácia da

democracia racial. Desencadear esta discussão é um passo para a emancipação e garantia de direitos a todos.

A possibilidade de ascensão da maioria da população negra está muito aquém das condições privilegiadas que circunscrevem a maior parte da população branca. Analisar esta questão conduz a percepção de que os negros no Brasil viveram e vivem, em condição de apartamento étnico-racial e experienciam situações de desigualdade, que acarretam danos irreparáveis. Debater e pesquisar sobre a diversidade racial e a partir disso definir mudanças é fazer com que o texto da Lei 10639/03 torne-se prática.

Trabalhar esta temática desde a infância é uma forma de dar voz e vez a estes sujeitos cujos direitos postergados, precisam urgentemente ser resgatados e colocados como prioridade na execução das políticas públicas e nos currículos escolares.

Compreender valores e lutas do povo de descendência africana através da valorização e respeito a sua cultura e história, é um importante instrumento, para a erigirmos uma sociedade mais equânime; capaz de buscar a harmonia em consonância com o respeito aos direitos, pluralidades e singularidades de cada sujeito, independentemente de sua idade ou etnia.

A presença da cultura negra e o fato de a maioria da população brasileira ser constituída de negros, as relações conflituosas entre o padrão estético e cultural negro e do branco europeu permanecem impregnados pelo imaginário étnico-racial que privilegia a cultura e estética europeia em detrimento das outras etnias.

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário desmascarar o mito da democracia racial e desvelar o quão difícil é ser negro no Brasil, e os efeitos perversos que produzem em nossas crianças, onde os privilégios de uns justificam a marginalização e silenciamento de outros.

Precisamos decidir que sociedade queremos e, como faremos para que todas as pessoas, independentemente da cor, tenham acesso à educação; deixando evidenciado que essas discussões devem permear todas as esferas sociais, independentemente do pertencimento étnico-racial. Educar para o combate ao racismo e as discriminações, através de referenciais positivos, fortalecem os negros e impingem nos brancos a consciência do valor e importância dos negros: sua história cultura e legado.

Pedagogias de combate ao racismo, contempladas desde a primeira infância, possibilitarão, além do acesso aos conhecimentos básicos, oportunidades para que novas e exitosas relações raciais se estabeleçam e se concretizem. A introdução desta prática, desde a educação infantil, constitui significativo aporte, para a apropriação da cultura e história africana, assim como a valorização e o respeito à diversidade.

O manifesto antropofágico de Oswald de Andrade em 1928, já evidenciava a questão do outro. Não há possibilidade de absorver o outro sem se alterar; a antropofagia na concepção deste movimento na temática do outro, comer o outro para poder criar algo que era “outro” e, somente assim, novo. Pois novo nesta perspectiva é a capacidade de outrar-se. (ABRAMOWICZ, 2010).

Constata-se, a partir deste enunciado, que ao incorporar em sua base curricular o estudo da história e cultura africana, conforme a Lei 10639, a instituição escolar absorve a nova cultura e faz emergir novos segmentos culturais e históricos calcados na alteridade e no respeito a todas as etnias contribuindo para que ressurja: amplificada, redimensionada, vivificada, humanizada.

Ao romper com estereótipos, modelos de representação que desqualificam os negros, a instituição escolar, na figura do docente, reintroduz, através da literatura, a propagação de valores. Explora imagens que potencializam a construção da autoestima, o autoconceito, a autoconfiança; tão necessários para o enfrentamento da discriminação, do preconceito. Contribui de forma efetiva, para a inserção e representação positiva do negro nos diversos aportes textuais e conseqüentemente, projeta essa representação, na sociedade em que se insere.

Tal abordagem cumpre um papel social extremamente importante, pois fornece subsídios para que crianças e jovens negros construam um referencial positivo de sua cultura, de seu povo e conseqüentemente de si mesmas.

Conforme já vimos, para a construção de práticas e políticas pedagógicas para a educação das Relações Étnico-raciais, é necessário que sejam contempladas dimensões educativas: reconhecimento, respeito e valorização; conjuminadas em eixos formativos: condições de trabalho; gestão dos processos educativos; articulação das práticas com os órgãos legais; formas participativas; formação de professores e demais funcionários; territorialidade; religiosidade.

Entretanto, é preciso estar atento, para que estas práticas estejam inseridas no Projeto Pedagógico da escola, possibilitando que essas ações realmente se materializem em sala de aula, por todo o coletivo da instituição escolar, de forma multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar durante todo o ano letivo.

Aspectos como: formação continuada aos professores e profissionais da instituição escolar para incorporação dos conteúdos da cultura Afro-brasileira e Indígena e o desenvolvimento de uma educação para a diversidade racial; incentivo e garantia da participação dos pais na construção ou revisão do projeto político pedagógico e na discussão sobre a temática étnico-racial, precisam ser instituídos nas escolas.

Verifica-se, portanto, a urgência de que a escola construa uma epistemologia à luz de teorias e práticas que apontem para além do racismo e do eurocentrismo; que ancorada na Lei 10639/03 e circunscrita nos direitos de aprendizagem da proposta pedagógica, ganhe materialidade e se vivifique em sala de aula.

Este projeto de intervenção conduziu-me a um processo de reflexão- indagação, tornando-se ponto de partida para outras discussões: artísticas, etnológicas, sociais e culturais, para aprofundar o debate sobre a situação das crianças, mulheres e jovens negros no Brasil.

Conseguimos, a partir da interlocução com as famílias, do material discutido, dos textos apresentados e debatidos romper com a dicotomia Brasil/ África; inspirados pela força sintética e plural de nossa brasilidade. Vislumbramos a possibilidade de fazer ecoar, num futuro cada vez mais próximo, um uníssono desejo de igualdade. Ressonante... evidenciando o quanto estamos impregnados da cultura e história africana.

Independentemente de nossa origem, da cor de nossa pele, da nossa negação: somos um país ricamente africanizado. Desvela-se nos gestos, no vocabulário, na culinária, na ciência, nas artes, na maneira de ser e viver, na percepção estética, ressaltadas nas incontáveis analogias que permeiam estas nações; só compreendidas e valorizadas na busca do conhecimento e na construção de uma imagem positiva destes povos.

Verifica-se, entretanto, que a instituição escolar que deveria se constituir o lócus privilegiado de respeito, reconhecimento e valorização dos sujeitos, indiferente de sua condição socioeconômica ou etnia, serve, alienadamente, a reprodução de ideologias racistas.

Reconhecer que as crianças são sujeitos de direitos e que políticas públicas devem ser desenvolvidas para proteção e cuidado à infância são evidências que não podem ser mais postergadas em nossas reflexões.

A inclusão da discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular dos cursos de licenciatura para Educação Infantil e ensino fundamental se faz obrigatória e urgente, mas a efetivação da proposta no espaço escolar, assim como o acesso das crianças de etnia negra a escola, ainda é pouco significativo.

Todavia, uma esperança se coloca: o Brasil está mudando. Cada um deve fazer sua parte para que assumamos e nos orgulhemos de nossa diversidade. A escola através de seus atores pode contribuir para que esta mudança se estabeleça, num devir mais imediato, através da introdução de metodologias que viabilizem esta transformação.

Reitera-se que além de ultrapassar a política da oferta de vagas, garantindo permanência e sucesso escolar, apesar dos polissêmicos sentidos, aqui entendido como assegurar a capacidade de todos para evoluir continuamente de acordo com suas aspirações e desejos, deverá a instituição escolar e seus agentes concretizar uma proposta curricular que visualize positivamente a realidade brasileira, conforme apontam os estudos de (ROCHA, 2009). O perfil dos vários grupos sociais deverá ser respeitado, as diferenças visualizadas e, principalmente, dar a elas um trato institucional, tendo como base uma fundamentação didático-pedagógica consistente. Pois, Kabengele Munanga ressalta:

“A cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar de condições desiguais nos quais se desenvolvem, contribuíram cada um com seu modo, na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.” (MUNANGA, 1988).

Sublinham-se as considerações da psicanalista e escritora, Neusa Santos Sousa,

“A possibilidade de construir uma identidade negra - tarefa eminentemente política - exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das primeiras figuras – pais ou substitutos - que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições que lhe permitirão ter um rosto.” (SOUSA, 1983).

Em seu artigo proposto ao Correio do Brasil, (SOUSA, 2009), acentua e conclui esta trajetória:

“Nesses 120 anos, tivemos muitas vitórias, conquistamos muitas coisas, especialmente um amor por nós mesmos, uma alegria, um orgulho de sermos o que somos: brasileiros negros – negros de muitos tons de cor de pele, efeito da mistura, que é uma bela marca da sociedade brasileira. Tivemos muitas conquistas e temos muito mais a conquistar. Vencemos muitas batalhas e temos muito a batalhar. A escravidão acabou, mas a nossa luta continua.”

... Até que os direitos humanos básicos sejam igualmente garantidos a todos, independentemente da raça!

5.1 Avaliação

A rotina avaliativa gera profissionalismo e dá vida às práticas pedagógicas. Ao abrimos mão dela, instaura-se conflito, parcialidade, desconforto e desgaste nas interações entre os sujeitos. A instituição escolar torna-se repetitiva, cansativa, ausente de reflexão e mais suscetível ao engano e a práticas segregadoras e classificatórias, desvirtuando-se da tarefa de educar e formar cidadãos autônomos.

“Não é de se estranhar que a criança africana aprenda na escola a odiar tudo que herdou. A imagem que lhe apresentam é tão negativa que seu único propósito consiste em identificar-se ao máximo com a sociedade branca (...) não há dúvida de que muito da abordagem para fazer surgir a Consciência Negra ser voltada para o passado, a fim de procurar reescrever a história do negro e criar nela heróis (heroínas) que formam o núcleo do contexto africano (...). Um povo sem uma história positiva é como um veículo sem motor.” (BIKO, 1999).

Educadores sensibilizados pela necessidade de implementação da Lei Federal 10639/03, podem utilizar metodologias que priorizem a temática da diversidade e através delas promover uma educação emancipatória pautada no respeito a todos os grupos sociais.

Para tanto, acredita-se que o desenvolvimento de projetos em espaços coletivos da escola, como a biblioteca ou em sala de aula agregando os diversos ciclos de aprendizagem, sempre que possível, torna-se um importante recurso para dar maior visibilidade às relações étnico-raciais, favorecendo a construção de uma imagem positiva do negro na sociedade.

O projeto de intervenção constituiu um importante recurso para a promoção da igualdade racial, na escola. Inicialmente trabalhado com os alunos do terceiro ano do primeiro ciclo, conseguiu agregar outros adeptos e lançou bases para a efetivação de uma proposta pedagógica centrada na diversidade, mesmo que alguns aspectos precisem ser mais discutidos

para que propostas como estas se efetivem satisfatoriamente. Destacam-se: participação e envolvimento de toda a comunidade escolar sobre a temática racial; busca de referenciais teóricos e experiências exitosas para maior entendimento do assunto; planejamento coletivo para a elaboração de abordagens eficazes para minimizar o preconceito e a discriminação racial; materialidade para a efetivação das sequências didáticas.

Ressaltamos que através dele, oportunizamos o acesso à informação, conhecimento e difusão do acervo disponível na biblioteca escolar sobre educação para a diversidade e relações raciais, elencamos e catalogamos o acervo; disponibilizamos os portadores textuais em lugares visíveis e acessíveis; sensibilizamos o corpo docente e discente para o conhecimento e apropriação do material disponível; criamos círculos de leitura; reservamos horário para leitura, empréstimo de livros e contação de histórias; construímos painéis onde foram afixadas resenhas, sinopses produzidas por alunos, professores e funcionários; afixamos nos pilares da escola, nos corredores, textos com histórias, contos, lendas e informações sobre a África; montamos murais que contemplavam a diversidade da população brasileira; discutimos com a equipe gestora e demais atores escolares, a possibilidade de inserir esta prática no Projeto Político Pedagógico da escola; criamos oficinas de penteados africanos, pinturas e conhecimento de adinkras, encenamos peças de teatrais infantis que abordavam história do povo africano.

Acreditamos que o mesmo veio assegurar os princípios educacionais que são direitos da infância e da juventude, que regem no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Artigo 61, inciso XXXIX: possibilitar o acesso ao conhecimento, à brincadeira e ser respeitado na sua diversidade sociocultural, étnico-racial, sexual, linguística e religiosa.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA Jr., Benjamin. **Literatura, História e Política– literaturas de língua.**

portuguesa no século XX. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas – Trabalhos acadêmicos** – Disponível em: http://www.fae.ufmg.br/laseb/guia_orientacoes.pdf. Acesso em: 28 de janeiro de 2016.

ADITIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única.** Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/o-perigo-de-uma-historia-unica-por-chimamanda-adichie>. Acesso em 30 de outubro de 2015.

BIKO, Stephen Bantu – **Movimento Negro.** Disponível em: <http://zonacurva.com.br/importancia-de-steve-biko-e-movimento-de-consciencia-negra-na-africa-sul/>. Acesso em 12 de dezembro de 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDÃO, Ana Paula. **Saberes e fazeres, v.1modos de ver/ v.2 modos de sentir/ v.3 modos de interagir/ v.4 modos de fazer.** Rio de Janeiro: fundação Roberto Marinho, 2010. A Cor da Cultura.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares Nacionais,** 2002.

CÂNDIDO, Antônio. **“O direito à literatura”.** In: Vários Escritos. São Paulo: Duas cidades, 1995, p. 235-263.

CANEN, Ana. **Novos olhares sobre a produção científica em educação superior: contribuições do multiculturalismo.** São Paulo: Cortez, 2004.

CUNHA, Maria Zilda Da. **Na tessitura dos signos contemporâneos: novos olhares para a literatura infantil e juvenil.** São Paulo: Humanitas: Paulinas, 2009.

GOMES, Nilma Lino. ABRAMOWICZ, Anete. **Educação e Raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC, 2012.

JACCOUD, Luciana. BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, **Alfabetização e Diversidade. Orientações para as relações étnico-raciais**, Brasília: SECADI, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. Perfil. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2672:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 18 de dezembro de 2015.

PEDROSA, Inês. **A eternidade e o desejo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

SECAD/MEC. **Plano nacional de implementação das DCNRRER**.

SILVA, Andréia Rosalina; GONÇALVES, L. A. O. Associativismo negro e educação em Belo Horizonte entre 1950 e 1960. In: **Sujeitos Sociais, processos educativos e enfrentamento da exclusão**. EITERER, C. L., CAMPOS, R. C.(Orgs). Belo Horizonte: Mazza, 2012.

_____. **O desafio de conectar saberes: práticas políticas e representações sociais**. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia: consensos e controvérsias. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Pedagogia da diferença**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

_____. **A História da África na educação básica**, Belo Horizonte: Mandayala, 2009.

ZILBERMAN, Regina. **“O papel da literatura na escola”**. In. **Via Atlântica**. Publicação da área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. José Nicolau.